



VIA
040

Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

A Companhia

Aos Acionistas

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acrescidas do balanço social, o qual consideramos importante para divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, a responsabilidade social da Concessionária BR 040 S.A. – Via040.

Este relatório está em conformidade com a Resolução da ANTT 3.847 de 20 de junho de 2012, que aprovou o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal concedida.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Introdução

A Via 040

A “Concessionária BR 040 S.A. – Via040” ou “Companhia” é uma sociedade por ações de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente na administração e exploração do sistema rodoviário da BR-040. Foi constituída em 2014, sendo o contrato de concessão no trecho compreendido entre Brasília-DF e Juiz de Fora-MG, com extensão de 936,8 quilômetros, assinado com o Governo Federal em 12 de março de 2014, pelo prazo de 30 anos. A Companhia é uma empresa controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR.

Em 11 de setembro de 2017, a Companhia protocolou junto à ANTT pedido de adesão ao processo de relicitação proposto pelo Governo Federal, nos termos da Lei nº 13.448/2017. No dia 7 de agosto de 2019, foi publicado o Decreto nº 9.957/2019, do Poder Executivo, regulamentando o procedimento para relicitação de que trata a referida Lei. Neste dia, a Companhia então divulgou por meio de Fato Relevante que prosseguiria com os trâmites para a devolução amigável da concessão, nos termos do referido Decreto. No dia 20 de agosto de 2019, a Companhia protocolou junto ao órgão regulador, a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o complemento do teor do requerimento de relicitação da Concessão. No dia 28 de novembro de 2019, a ANTT publicou a Deliberação nº 1.015, atestando a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação. Em 13 de janeiro de 2020, os Ministros de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e da Infraestrutura, publicaram a Resolução Nº 105, onde opinaram favoravelmente e submeteram à deliberação do Presidente da República a qualificação do pedido de relicitação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI. Em 18 de fevereiro de 2020, o Presidente da República, por meio do Decreto Nº 10.248, deliberou pela qualificação da relicitação da BR-040/DF/GO/MG, no âmbito do PPI. Em 20 de novembro de 2020, foi assinado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que estabelece, dentre outras matérias, as condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da BR-040/DF/GO/MG, a serem mantidos pela Via 040 até 18 de fevereiro de 2022. Nesta mesma data, foi assinado novo Termo Aditivo prorrogando a vigência do contrato de concessão por 18 meses, a contar de 19 de fevereiro de 2022.

Destques do Ano

- Instalação de 2 passarelas nos Km 509 e Km 532, em Ribeirão das Neves
- 16 intervenções de grande porte em terraplenos e drenagens entre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e Santos Dumont, sendo um dos trechos de maior movimento da via

Sustentabilidade dos Negócios

Gestão pela Qualidade Total

Em 2020, a Via 040 recebeu a recertificação da ISO 14001 e a certificação da ISO 9001. As duas normas foram certificadas através de auditorias feitas pela Fundação Vanzolini, tendo validade até janeiro de 2023. A ISO 14001 foi conseguida através da implementação e manutenção do Sistema de Gestão Ambiental das atividades executadas na sede administrativa para monitoração da operação, manutenção e conservação da rodovia, bem como, o sistema de arrecadação das praças de pedágio ao longo dos 936,8 Km da rodovia situada no DF/GO/MG. A ISO 9001 foi conquistada através da implementação e manutenção das atividades executadas para o planejamento, manutenção e conservação do pavimento, conserva verde, terraplenos, obras de arte corrente, instalações elétricas, sinalização e elementos de proteção e segurança, ao longo de toda a extensão da via.

Ética e Compliance

O Grupo INVEPAR possui um programa voltado à prevenção, detecção e remediação de ilícitos e desvios de ética e de conduta, chamado de Programa de Integridade, que consiste em um conjunto de práticas, políticas, regulamentos, procedimentos e instruções de trabalho, que se aplica a todas as empresas do Grupo.

O Programa de Integridade foi construído com base no perfil de riscos de conformidade identificados e avaliados e está adequado a sua natureza de atuação. Os riscos de conformidade são avaliados semestralmente pela Diretoria Jurídico e *Compliance* da INVEPAR. O modelo de atuação do Programa de Integridade contempla 6 pilares que atuam de forma interdependente e correlacionam-se:

- i. Cultura e Governança;
- ii. Avaliação dos riscos de *Compliance*;
- iii. Pessoas, competência e estrutura de *Compliance*;
- iv. Políticas e procedimentos;
- v. Comunicação e treinamento;
- vi. Monitoramento, teste e reporte.

No âmbito do Programa de Integridade, o Grupo possui também uma Política de Integridade, revisada e aprovada em dezembro de 2018 pela Diretoria Executiva da INVEPAR e aplicável a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, que estabelece os mecanismos gerais de conduta a todos os colaboradores e acionistas, destacando os seguintes elementos:

- i. Relacionamento com agentes públicos;
- ii. Contratação de Pessoa Politicamente Exposta;
- iii. Contratação de terceiros;
- iv. Doações e patrocínios;
- v. Fusões, aquisições, associações e/ou consórcios.

A Política de Integridade deve ser seguida por todos aqueles que estejam presentes na cadeia de valor do Grupo, incluindo, sem limitação, a seus empregados, estagiários, jovens aprendizes, diretores estatutários, membros do conselho de administração, membros de comitês, prestadores de serviços, fornecedores, e aqueles que atuem em nome de qualquer empresa do Grupo INVEPAR.

Relacionamento com a Sociedade

As boas práticas de sustentabilidade estão incorporadas na cadeia de valor do Grupo Invepar bem como no seu direcionamento estratégico.

Equilíbrio e Respeito

Busca conscientizar a população sobre a segurança na mobilidade urbana e promove diversas ações educativas. Uma dessas ações é a Blitz Educativa, onde motoristas e pedestres recebem orientações e folhetos alertando sobre as consequências da utilização do celular ao volante e outras situações de risco.

Projeto Aliança pela Vida

Grupo de trabalho formado pela Via 040 e por representantes do poder público e de entidades do setor, projeto que tem como objetivo discutir e implantar melhorias de segurança para o Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Meio Ambiente

Sempre vigilante às questões ambientais, a Via 040 monitora e avalia constantemente os impactos de seus negócios ao meio ambiente. Contamos ainda com os processos estabelecidos na NBR ISO 14.001/2015 que, auxiliam na identificação e gestão dos riscos ambientais associados aos processos internos das atividades desenvolvidas pela organização. Abaixo são apresentados alguns indicadores ambientais da Companhia nos últimos anos.

Consumo de Água

Em 2021, houve variação de 5% se comparado com 2020, sendo identificado através dos monitoramentos mensais alguns pontos de vazamentos que contribuíram para esse aumento. Com a adoção do modelo híbrido de home office para alguns colaboradores administrativos, em virtude da pandemia do COVID-19, houve pequena redução no consumo de água da sede administrativa da Via 040.

Consumo de Energia

Em 2021, não teve implantação de recursos que justificassem para uma redução de energia. Entretanto, constatou-se variação pouco significativa no aumento do consumo de energia em relação a 2020 e pode ser justificado pelo retorno das atividades em modo geral, em virtude da flexibilização, com variação de 3%.

Consumo de Combustível

Em 2021, houve variação de 6% se comparado com 2020, devido a maior utilização pelo setor administrativo em 2021, com o arrefecimento da pandemia. Outro fator, foi a liberação de veículos operacionais do Trecho 01 para trabalho nos demais trechos da rodovia, elevando o consumo de diesel, em razão da alta demanda.

Em relação a atividade de operação, em 2021 houve redução de 10% no número de atendimentos na rodovia, se comparado a 2020. Portanto, cabe destacar que os fatores citados acima foram fundamentais para o aumento.

Emissões de GEE (Escopo 1 e 2)

Em 2021, tivemos aumento de 37% nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) do Escopo 1, sobretudo devido ao aumento do número de supressões de árvores nativas e exóticas com risco eminente de queda aos usuários da rodovia. A atividade de supressão vegetal foi responsável pela emissão total de 1.913,10 ton (2021).

Nas emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa) do Escopo 2, ocorreu a atualização dos fatores de emissões de eletricidade do Sistema Interligado Nacional - SIN em 2021, o que causou a elevação do resultado de emissões se comparado a 2020. Vale destacar que a variação do consumo de energia em 2021 se comparado a 2020 foi de 3%, percentual considerado de baixa significância.

Resíduos

A Via 040 possui o PGRS-Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em conformidade com Lei Federal 12.305/10. Os resíduos gerados pelo empreendimento são provenientes das áreas administrativas, sanitários e dos serviços rotineiros relativos às atividades de operação e manutenção da rodovia BR 040.

São estabelecidos os procedimentos operacionais para a coleta, transporte, destinação e disposição final dos resíduos sólidos gerados e recolhidos pela empresa e contratadas, observando suas características conforme a legislação vigente, para assegurar sua correta manipulação e adequada destinação e disposição final, contribuindo assim com a saúde pública e o meio ambiente.

Os resultados dos resíduos destinados diretamente pela Via 040 em 2021 se comparado a 2020, constam na tabela abaixo.

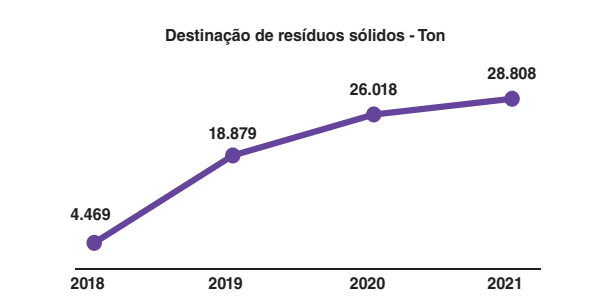
Resíduos	Und.	2021	2020	Variação
Recicláveis	Ton	52,4	47,5	10%
Não recicláveis e orgânicos	Ton	30,7	39,0	-21%
Perigosos	Ton	5,1	11,9	-57%
Material Fresado	Ton	28.720,0	25.920,0	11%
Quantidade total	Ton	28.808	26.018	11%

De acordo com consolidado total, em 2021 houve variação positiva de 11% na destinação de resíduos se comparado a 2020, em razão do aumento na geração de material fresado na atividade de recuperação de pavimento, que necessitou de mais equipes mobilizadas no período.

Os recicláveis variaram em 10%. Cabe destacar que os resíduos recicláveis classe II foram direcionados para associações de reciclagem ao longo da rodovia, contribuindo com papel social de gerar renda para famílias que trabalham nessa atividade.

Em relação aos resíduos não recicláveis, orgânicos e perigosos destinado, houve redução significativa.

No gráfico abaixo consta a variação de resíduos desde 2018

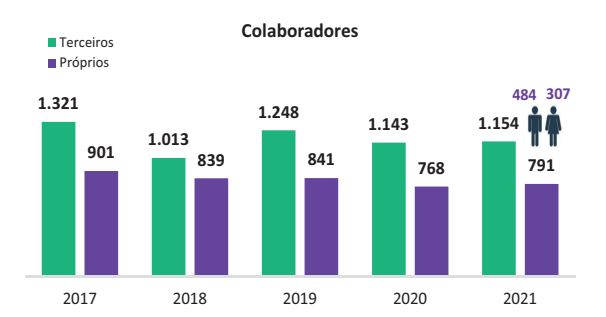


Em 2018, faltou a contabilização do material fresado doado, sendo ajustado em 2019. Os resíduos relacionados a conserva da rodovia e atendimento pré-hospitalar não foram contabilizados acima, visto o controle indireto.

Projeto Raízes para o Futuro

Desenvolvido pela Via 040, em parceria com o Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Goiás (Semad-GO) e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o projeto consiste no plantio e manutenção de árvores. Em Minas Gerais, a iniciativa está em andamento no Parque Estadual de Paracatu (PEP), localizado às margens da BR-040, e na Fazenda Experimental Chapéu D’Uvas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, localizada no município de Ewbank da Câmara. Já em Goiás, o projeto está em execução no Parque Estadual João Leite, em Goiânia. Os três locais irão receber, ao todo, cerca de 539 mil novas árvores, contribuindo para a conservação ambiental e propiciando a precipitação pluvial, o desenvolvimento da flora e a proteção da fauna nas regiões beneficiadas. O projeto, foi iniciado em dezembro de 2019, com previsão de término até 2025, e continua garantindo a manutenção, acompanhamento e desenvolvimentos das árvores.

Recursos Humanos

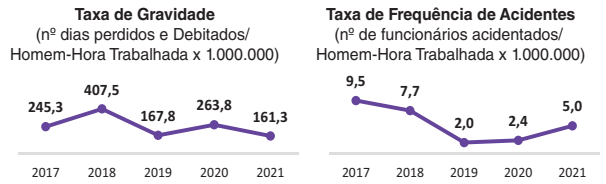


Em 2021, houve aumento do quadro funcional da companhia resultado da reestabilização do VDM, sendo necessário mais contratação, além de transferências pontuais da holding devido a descentralização de algumas atividades.

No contexto da pandemia, em 2021, foi possível adotar o modelo híbrido de trabalho para alguns colaboradores administrativos. Todos os colaboradores pertencentes ao grupo de risco foram afastados e foram adotadas as medidas de proteção recomendadas pelos órgãos de saúde para os funcionários alocados nas operações, além de priorizar as reuniões por videoconferência e reforço na higienização de todos os locais de trabalho.

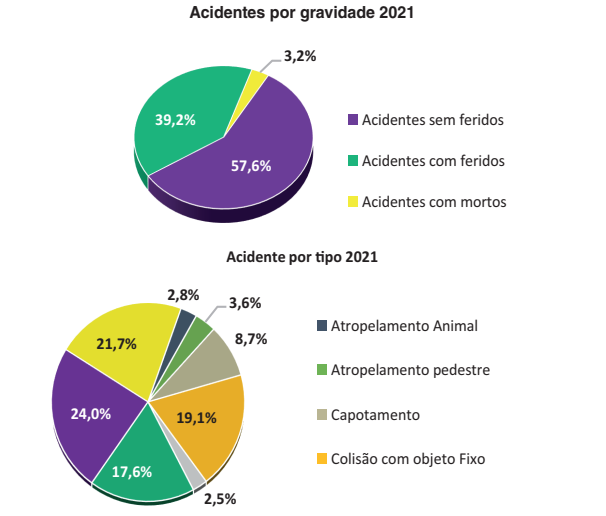
Com relação a Segurança e Saúde no Trabalho, a Taxa de gravidade foi menor que 2020 devido aos acidentes terem sido com menor gravidade, não resultando em vários dias de afastamento. Dos 8 acidentes, 3 deles com mais de 15 dias de afastamento, não ultrapassando 60 dias. Mesmo com uma taxa de frequência maior do que 2020, a taxa de gravidade foi menor.

Com relação a taxa de frequência, observa-se um aumento devido ao turnover com grande contratação de novos colaboradores oriundos do reflexo da pandemia e com o ano de 2021, resultado da reestabilização do VDM. Nota-se que dos acidentes ocorridos a maioria foi com colaboradores com menos de 1 ano de casa. Seguem gráficos das respectivas taxas:



Segurança no Trânsito

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade e por quantidade de sinistros. A figura apresenta o valor percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



Dados da Operação da Concessão

Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.

Tipo de veículos	Quantidade	Qtde/100Km
AMBULÂNCIA	34	4
BOIADEIRO	6	1
CAÇAMBA	2	0
COMPRESSOR	3	0
EMPILHADEIRA	2	0
FURGÃO	28	3
PIPA / GUINCHO / MINI CARREGADEIRA	45	5
MOTOCICLETA	4	0
MUNCK	7	1
PICK-UP	26	3
PINTURA	3	0
CESTO AÉREO	1	0
ROLO COMPACTADOR / VIBRATORIO	3	0
SEMI REBOQUE / CARRETINHA	14	1
VEÍCULO ADMINISTRATIVO	65	7
VEÍCULO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	16	2
Total	259	27

Funcionários Alocados

São apresentadas na tabela as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão no último mês do ano-base. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipo da Função	Quantidade	Qtde/VDMA
GER OPERAÇÃO VIA040	1	47
COORD OPERAÇÃO	4	188
SUPERVISOR OPERAÇÃO	4	188
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	9	423
SUPERVISOR CCO RODOVIAS	1	47
OP CENTRO CONTROLE OPERACIONAL	19	893
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO I	143	6.725
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO II	37	1.740
OPERADOR ATENDIMENTO VIARIO III	4	188
AUXILIAR OPERAÇÃO	2	94
Total de Pessoal Operacional	224	10.535
SUPERVISOR PESAGEM	1	47
OPERADOR PESAGEM	18	846
Total de Pessoal Pesagem	19	893
LIDER PRAÇA	43	2.022
MOTORISTA	21	988
OPERADOR PEDÁGIO	243	11.427
Total de Pessoal de Pedágio	307	14.437
Total de Pessoal	550	25.864

Política de Distribuição de Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o Lucro Líquido do Exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Desde a sua constituição e até o último exercício social, inclusive, a Companhia não auferiu lucros e, por isso, não foram distribuídos dividendos, bem como outros tipos de proventos ao seu acionista controlador.

Planejamento Empresarial

A Companhia tem obtido resultados satisfatórios no atingimento das metas empresariais fixadas pelo Conselho de Administração, buscando adaptar-se rapidamente às mudanças decorrentes do cenário econômico e demandas da agência reguladora na execução do contrato de concessão.

Resultados

Contexto Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2021, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cresceu 4,6% sendo maior que o PIB dos últimos 3 anos (2018, 2019 e 2020). Pressionado pela alta da inflação, que termina o ano acumulada em mais de 10%, o Banco Central elevou a Selic de 2%, no início de 2021, para 9,25% ao final do ano, voltando ao patamar de meados de 2017. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 com alta de 10,06% o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) encerrou o ano com alta acumulada de 17,78%. Embora alguns setores tenham recuperado seu desempenho (serviços), muitos outros seguem sentindo o impacto da pandemia (comércio, turismo). Para o seguimento de rodovias, segundo dados da ABCR, houve aumento de 8,1% em 2021, no fluxo de veículos. No caso da Via 040, foi registrado aumento de 8,5%.

A administração da Companhia seguirá atenta a toda e quaisquer informações e/ou eventos relacionados a este tema, de forma a deixar seus acionistas e o mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou de outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

Receita e Mercado

As tarifas de pedágio cobradas pela Concessionária BR 040 S.A. – Via040 são definidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. A tarifa básica praticada em 2021 foi R\$ 5,30 até 19/12/2021 e a partir de 20/12/2021 a tarifa passou a ser de R\$ 5,80.

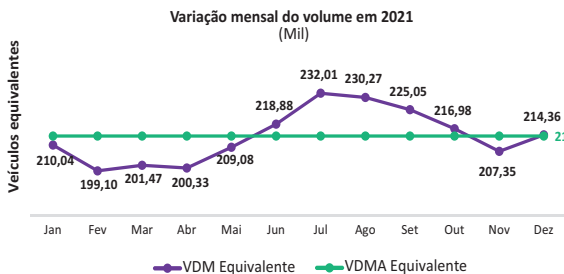
Em 2021, trafegaram 34,2 milhões de veículos nas 11 praças de pedágio, volume 8,5% maior em relação a 2020.

A receita com pedágio da Companhia atingiu o valor de R\$ 414,9 milhões, com aumento de 11,5% sobre 2020. Quando adicionadas as receitas acessórias obtidas no período, o montante registrado passa a R\$ 424,3 milhões.

Indicadores Operacionais

Caracterização do Tráfego

Na figura é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente. O Volume Diário Médio Equivalente previsto não foi exigido quando da proposta para esta concessão.



Desempenho Operacional

Dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR e da Tendências Consultoria mostram que o fluxo total de veículos pelas rodovias pedagiadas para as rodovias sob o regime de concessão privada registraram aumento de 8,1% em 2021, resultado do aumento de 6,8% dos veículos pesados e de 8,6% dos veículos leves. Em 2020, o índice teve queda de 16,9%.

Desempenho Operacional (mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
VEPs ¹	19.592	19.647	-0,3%	78.117	70.196	11,3%
Veículos Leves	5.432	5.573	-2,5%	20.074	18.804	6,8%
Veículos Pesados	14.160	14.074	0,6%	58.043	51.392	12,9%
Tráfego ²	8.932	9.049	-1,3%	34.192	31.517	8,5%
Veículos Leves	5.507	5.616	-1,9%	20.330	18.995	7,0%
Veículos Pesados	3.254	3.286	-1,0%	13.235	11.965	10,6%
Veículos Isentos	171	147	16,3%	627	557	12,6%
Tarifa Média (R\$)	5,37	5,30	-	5,31	5,30	-

Tarifa

A tabela apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em todas as praças de pedágio, por categoria de veículo e em reais.

Praça de pedágio	Cobrança	Categoria de Veículo								
		1 eixo simples	0,5 eixo simples	1,5 eixo simples	2 eixos simples	2 eixos duplos	3 eixos duplos	4 eixos duplos	5 eixos duplos	6 eixos duplos
P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10 e P11	Até 19/12/21	5,30	2,65	7,95	10,60	10,60	15,90	21,20	26,50	31,80
P01, P02, P03, P04, P05, P06, P07, P08, P09, P10 e P11	De 20/12/21 em diante	5,80	2,90	8,70	11,60	11,60	17,40	23,20	29,00	34,80

Receitas

Receita Operacional (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	108.731	135.313	-19,6%	431.080	500.263	-13,8%
Receitas com Pedágio	105.161	104.178	0,9%	414.915	372.227	11,5%
Receitas Acessória	2.514	2.484	1,2%	9.359	9.736	-3,9%
Receita de Construção (IFRS)	1.056	28.651	-96,3%	6.806	118.300	-94,2%
Receita Bruta Ajustada¹	107.675	106.662	0,9%	424.274	381.963	11,1%
Deduções da Receita Bruta	(8.875)	(8.775)	1,1%	(34.816)	(31.400)	10,9%
Receita Líquida Ajustada¹	98.800	97.887	0,9%	389.458	350.563	11,1%

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

A Receita Líquida Ajustada aumentou 11,1% no ano de 2021, em relação a 2020, e atingiu R\$ 389,5 milhões. A elevação da Receita Líquida Ajustada no ano de 2021 foi impactada principalmente no aumento de VEPs pesados em 2021, tendo um acréscimo de 12,9%.

Custos e Despesas

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Pessoal	(18.506)	(12.567)	47,3%	(57.059)	(64.180)	-11,1%
Conservação & Manutenção	(48.321)	(26.352)	83,4%	(253.699)	(84.894)	198,8%
Operacionais	(29.926)	(21.345)	40,2%	(132.477)	(76.904)	72,3%
Despesas Administrativas	(2.445)	(6.478)	-62,3%	(12.793)	(11.396)	12,3%
Outras receitas/despesas	875	4.979	-82,4%	15.072	4.795	214,3%
PCLD/Reversão ou Provisão para riscos	76.312	(6.430)	-1.286,8%	74.926	26.892	178,6%
Impairment	-	(271.730)	-100,0%	-	(271.730)	-100,0%

Custos & Despesas

Administráveis	(22.011)	(339.923)	-93,5%	(366.030)	(477.417)	-23,3%
Depreciação e Amortização	(18.889)	(19.378)	-2,5%	(76.260)	(76.164)	0,1%

Custos & Despesas

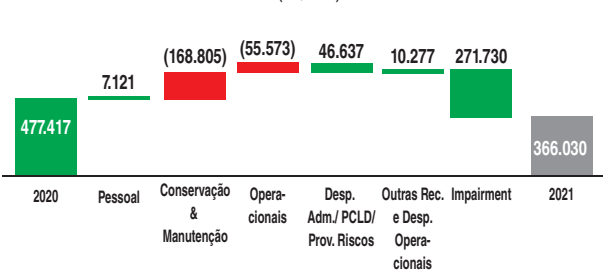
Operacionais Ajustados¹	(40.900)	(359.301)	-88,6%	(442.290)	(553.581)	-20,1%
Provisão para manutenção (IFRS)	-	13.918	-100,0%	-	10.457	-100,0%
Custo de Construção (IFRS)	(1.056)	(28.651)	-96,3%	(6.806)	(118.300)	-94,2%

Custos & Despesas

Operacionais	(41.956)	(374.034)	-88,8%	(449.096)	(661.424)	-32,1%
---------------------	-----------------	------------------	---------------	------------------	------------------	---------------

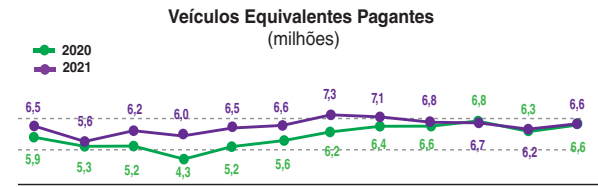
Os Custos e Despesas Operacionais totalizaram R\$ 449,1 milhões em 2021, uma redução de 32,1% quando comparado ao ano anterior. Os maiores registros em Conservação & Manutenção e Custos Operacionais, devido aos serviços de pavimentação e conservação de toda extensão da via, em razão da assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. Por sua vez, o maior estorno em provisões para contingências, o aumento das outras receitas e despesas operacionais, principalmente pelo recebimento de sinistros em 2021 no montante de R\$ 13,1 milhões referente a deslizamentos de taludes ocorridos ao longo da via, além do registro de *Impairment* ocorrido em sua totalidade em 2020, não sendo necessário complemento de registro em 2021, contribuíram para a melhora dos custos e despesas operacionais.

Variação dos Custos e Despesas Administráveis (R\$ Mil)



¹ VEPs = Veículos Equivalentes Pagantes - refere-se a quantidade de eixos passantes de cada veículo.

² Refere-se a quantidade de veículos que transitaram pelas praças de pedágio da Companhia. A Via040 registrou 78,1 milhões de Veículos Equivalentes Pagantes – VEPs, em 2021, representando um aumento de 11,3% em relação a 2020. Somente considerando o 4T21 verifica-se uma redução de 0,3% quando comparado ao 4T20, chegando ao montante de 19,6 milhões de VEPs.



Aspectos Financeiros

Aspectos Gerais

O demonstrativo tem a finalidade de apresentar a Receita da Concessionária no ano base deste relatório juntamente com o valor da Receita Acumulada desde o início da concessão.

Receita - R\$ mil	2021	Acumulada
Receita com Pedágio	414.915	1.846.637
Receita extraordinária	9.359	43.890
Total	424.274	1.890.527

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais apresentados pela Concessionária no ano base, assim como os valores acumulados desde o início da concessão. Os valores estão expressos a preços da data de apresentação da proposta de tarifas.

Investimentos - R\$ mil	2021	Acumulada
Investimentos	7.212	551.446

Custos Operacionais - R\$ mil	2021	Acumulada
Investimentos	512.456	1.618.859

A tabela mostra o valor total dos ISS repassados para as prefeituras no ano base e no acumulado desde o início das operações.

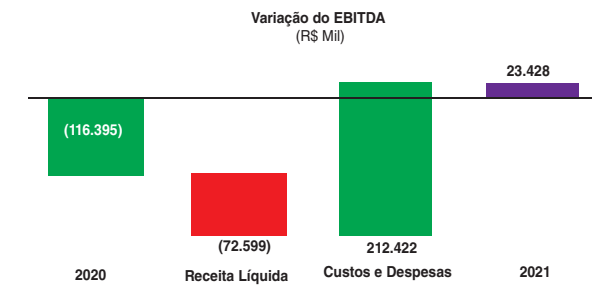
ISS - R\$ mil	2021	Acumulada
ISS total PAGO	19.445	85.644

EBITDA

EBITDA E MARGEM EBITDA (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	25.745 (362.228)		-60,6%	(149.323)	(378.693)	-60,6%
Resultado Financeiro Líquido	32.535	115.408	-71,8%	98.009	187.949	-47,9%
IRPJ & CSLL	(379)	(674)	-16,4%	(1.518)	(1.815)	-16,4%
Depreciação e Amortização	18.889	19.378	-2,5%	76.260	76.164	-10,0%
EBITDA ICVM 527	76.790	(228.115)	-133,7%	23.428	(116.395)	-120,1%
Margem EBITDA	76,9%	-180,3%	257,1 pp	5,9%	-24,8%	30,7 pp
Receita de Construção (IFRS)	(1.056)	(28.651)	-96,3%	(6.806)	(118.300)	-94,2%
Custo de Construção (IFRS)	1.056	28.651	-96,3%	6.806	118.300	-94,2%
Provisão de Manutenção (IFRS)	-	(13.918)	-100,0%	-	(10.457)	-100,0%
Reversão ou Provisão para riscos	(78.051)	7.682	-1.116,2%	(76.962)	(27.322)	181,7%
Impairment	-	271.730	-100,0%	-	271.730	-100,0%
EBITDA Ajustado¹	(1.261)	37.379	-103,4%	(53.534)	117.556	-145,5%
Margem EBITDA Ajustada¹	-1,3%	38,2%	-39,3 pp	-13,7%	33,5%	-47,2 pp

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e Custo e Construção, à Provisão para Manutenção, a reversão de provisão para contingências judiciais e *Impairment*.

O EBITDA em 2021 foi de R\$ 23,4 milhões. Esse melhor desempenho é explicado devido a menores custos e despesas, principalmente pela não necessidade de registro de *Impairment* no período, tendo sido totalmente contabilizado em 2020 no valor de R\$ 271,7 milhões.



Resultado Financeiro Líquido

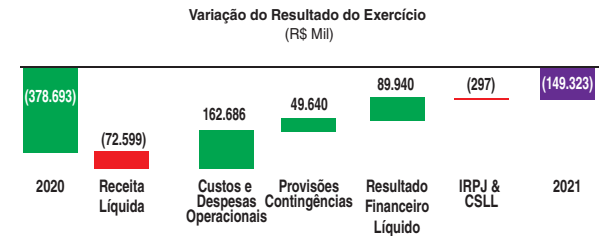
Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Resultado Financeiro	(32.535)	(115.408)	-71,8%	(98.009)	(187.949)	-47,9%
Receitas Financeiras	721	220	229,2%	2.110	1.681	25,5%
Juros sobre aplicações financeiras	317	34	857,6%	913	164	456,7%
Variação monetária	405	185	118,4%	1.197	1.478	-19,0%
Descontos obtidos	-	1	0,0%	-	39	-100,0%
Despesas Financeiras	(33.256)	(115.627)	-71,2%	(100.119)	(189.629)	-47,2%
Comissões e despesas bancárias	(23.676)	(44.597)	-46,9%	(47.748)	(56.700)	-15,8%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.016)	(66.357)	-95,5%	(32.017)	(114.882)	-72,1%
Variação monetária	(218)	(205)	6,9%	(590)	(492)	19,9%
Outros	(6.346)	(4.469)	42,0%	(19.764)	(17.555)	12,6%

O Resultado Financeiro Líquido de 2021 melhorou quando comparado a 2020, devido, principalmente, pelo reconhecimento no resultado de custos incorridos, quando da quitação do empréstimo ponte junto ao BNDES em outubro de 2020. Desde então, a remuneração da dívida que era mensal, passou a ser devida trimestralmente, além de ter alterado a remuneração, que passou de TJLP+2% a.a. para CDI+1% a.a..

Resultado do Exercício

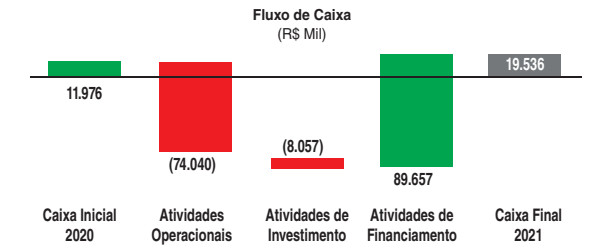
Resultado Líquido (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Lucro/Prejuízo do Exercício	25.745	(362.228)	-107,1%	(149.323)	(378.693)	-60,6%

A Via 040 encerrou o ano de 2021 com Prejuízo Líquido de R\$ 149,3 milhões tendo uma melhora de R\$ 229,4 milhões quando comparado a 2020, refletido pela melhora dos custos e despesas operacionais, bem como do resultado financeiro líquido, ambos já explicados em tópicos anteriores.



Fluxo de Caixa

No ano de 2021, a Via 040 apresentou saldo final de caixa de R\$ 19,5 milhões, um aumento de 63,1% em relação a 2020, explicado pelo melhor desempenho das atividades de financiamento.



Investimentos

Devido à assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que estabelece condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoração da via, diversos projetos de CAPEX foram transferidos para OPEX diminuindo consideravelmente o que será considerado como investimento na Companhia. O montante investido no período 2021 ficou em R\$ 8,1 milhões.

Investimentos (R\$ mil)	2021	2020	Δ
Investimento Total	8.057	121.404	-93,4%
Imobilizado	845	3.058	-72,



CNPJ 19.726.048/0001-00

Demonstração do Resultado						
Demonstração do Resultado (R\$ mil)	4T21	4T20	Δ	2021	2020	Δ
Receita Bruta	108.731	135.313	-19,6%	431.080	500.263	-13,8%
Receitas com Pedágio	105.161	104.178	0,9%	414.915	372.227	11,5%
Receitas Acessória	2.514	2.484	1,2%	9.359	9.736	-3,9%
Receita de Construção (IFRS)	1.056	28.651	-96,3%	6.806	118.300	-94,2%
Deduções da Receita Bruta	(8.875)	(8.775)	1,1%	(34.816)	(31.400)	10,9%
Receita Líquida	99.856	126.538	-21,1%	396.264	468.863	-15,5%
Custos & Despesas	(41.956)	(374.034)	-88,8%	(449.096)	(661.424)	-32,1%
Pessoal e encargos	(18.506)	(12.567)	47,3%	(57.059)	(64.180)	-11,1%
Conservação & Manutenção	(48.321)	(26.352)	83,4%	(253.699)	(84.894)	198,8%
Operacionais	(29.926)	(21.345)	40,2%	(132.477)	(76.904)	72,3%
Demais despesas operacionais e administrativas	74.742	(279.659)	-126,7%	77.205	(251.439)	-130,7%
Provisão para manutenção	-	13.918	-100,0%	-	10.457	-100,0%
Depreciação e amortização	(18.889)	(19.378)	-2,5%	(76.260)	(76.164)	0,1%
Custo de Construção	(1.056)	(28.651)	-96,3%	(6.806)	(118.300)	-94,2%
RESULTADO OPERACIONAL	57.900	(247.496)	-123,4%	(52.832)	(192.561)	-72,6%
Resultado Financeiro	(32.535)	(115.408)	-71,8%	(98.009)	(187.948)	-47,9%
Receitas Financeiras	721	220	229,2%	2.110	1.681	25,5%
Juros sobre Aplicações Financeiras	317	34	857,6%	913	164	456,7%
Variação monetária	405	185	118,4%	1.197	1.478	-19,0%
Descontos obtidos	-	1	0,0%	-	39	-100,0%
Despesas Financeiras	(33.256)	(115.627)	-71,2%	(100.119)	(189.629)	-47,2%
Comissões e despesas bancárias	(23.676)	(44.597)	-46,9%	(47.748)	(56.700)	-15,8%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.016)	(66.357)	-95,5%	(32.017)	(114.882)	-72,1%
Variação monetária	(218)	(205)	6,9%	(590)	(492)	19,9%
Outros	(6.346)	(4.469)	42,0%	(19.764)	(17.555)	12,6%
RESULTADO ANTES DE IR & CSLL	25.365	(362.904)	-107,0%	(150.841)	(380.509)	-60,4%
IR & CSLL	379	674	-43,8%	1.518	1.815	-16,4%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	25.744	(362.231)	-107,1%	(149.323)	(378.694)	-60,6%

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)						DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por lote de mil ações)					
ATIVO	Nota	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	19.536	11.976	Fornecedores	9	55.553	44.875	Receita operacional líquida	13	389.458	350.563
Contas a receber	4	25.234	23.802	Empréstimos e financiamentos	10	943.360	6.692	Receita de construção	13	6.806	118.300
Estoques		6.112	4.961	Obrigações com empregados e administradores		12.977	6.475			396.264	468.863
Tributos a recuperar	5(a)	3.376	3.111	Tributos a recolher	5(c)	5.846	4.026	Custo dos serviços prestados	14	(505.650)	(263.959)
Adiantamento de obrigações trabalhistas		2.490	1.032	Adiantamentos de clientes		23	22	Custo de construção	14	(6.806)	(118.300)
Seguros a apropriar		4.281	4.042	Provisão ambiental	21	993	993	(Prejuízo) lucro bruto		(116.192)	86.604
Total do ativo circulante		61.029	48.924	Outras contas a pagar		8.336	–	Receitas (Despesas) operacionais			
Não circulante				Total do passivo circulante		1.027.088	63.083	Gerais e administrativas	14	(28.674)	(39.552)
Tributos a recuperar	5(a)	2.078	2.022	Não circulante				Reversão (Provisão) para riscos	14	76.962	27.322
Depósitos judiciais		6.541	4.842	Fornecedores	9	–	2.805	Outras receitas operacionais	14	15.072	(266.930)
		8.619	6.864	Empréstimos e financiamentos	10	2.180	898.396	Resultado operacional		(52.832)	(192.566)
Imobilizado	7	10.736	12.964	Partes relacionadas		48.437	31.843	Resultado financeiro			
Intangível	8	907.444	973.488	Impostos diferidos passivos	5(b)	36.068	37.587	Receitas financeiras	15	2.110	1.681
Total do ativo não circulante		926.799	993.316	Provisão para riscos processuais	11	47.437	123.955	Despesas financeiras	15	(100.119)	(189.629)
Total do ativo		987.828	1.042.240	Provisão ambiental	21	1.513	1.143	Total		(98.009)	(187.948)
				Total do passivo não circulante		135.635	1.095.729	(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(150.841)	(380.508)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)				Patrimônio líquido				Imposto de renda e contribuição social - diferidos	5(d)	1.518	1.815
		2021	2020	Capital social	12	1.029.899	1.013.899	Prejuízo do exercício		(149.323)	(378.693)
Prejuízo do Exercício		(149.323)	(378.693)	Prejuízos acumulados		(1.279.794)	(1.130.471)	Prejuízo por ação ordinária (básico e diluído)	15	(0,021)	(0,287)
Outros Resultados Abrangentes		–	–	Total do patrimônio líquido		(249.895)	(116.572)				
Resultado Abrangente Total do Exercício		(149.323)	(378.693)	Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC		75.000	–				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				Total do patrimônio líquido e AFAC		(174.895)	(116.572)				
				Total do passivo e patrimônio líquido		987.828	1.042.240				
				As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							
Demonstração das mutações de patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)											
	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Subtotal	AFAC	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2019		949.123	(751.778)	197.345	–	197.345					
Aumento de capital		64.776	–	64.776	–	64.776					
Adiantamento para futuro aumento de capital social		–	–	–	–	–					
Prejuízo do período		–	(378.693)	(378.693)	–	(378.693)					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.013.899	(1.130.471)	(116.572)	–	(116.572)					
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.013.899	(1.130.471)	(116.572)	–	(116.572)					
Aumento de capital		16.000	–	16.000	–	16.000					
Adiantamento para futuro aumento de captial		–	–	–	75.000	75.000					
Prejuízo do período		–	(149.323)	(14							



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

A Companhia entende que as medidas adotadas são suficientes para preservar o fluxo de caixa operacional frente as suas obrigações pelos próximos 12 meses. Além disso, se necessário, a VIA040 poderá receber suporte financeiro de sua controladora INVEPAR, na medida de sua disponibilidade, de forma a reduzir as dificuldades financeiras de curto prazo. **Impactos do COVID-19:** Desde março de 2020, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde global em função da pandemia do novo Coronavírus, o Brasil e o mundo passaram a enfrentar uma grande crise econômica. Os resultados da Companhia e suas controladas foram duramente afetados. No segmento de Rodovias os impactos do COVID-19, estão em processo de recuperação, conforme demonstrado abaixo. A Companhia Via040 teve recuperação pouco significativa no 4T21, decorrente das fortes chuvas que ocorreram entre os meses de novembro e dezembro de 2021, ocasionando algumas sinistralidades na rodovia.

RODOVIA	4T21	4i20	%	12M21	12M20	%
VIA 040	19.592	19.647	-0,3%	78.117	70.196	11,3%

VEP – Veículos Equivalente Pagantes

Com o avanço da vacinação e redução dos casos, o Governo iniciou o processo de flexibilização e consequentemente a retomada gradual e controlada das atividades. A companhia acredita que os piores impactos sofridos pela pandemia já foram superados, porém ainda existe incerteza quanto a duração da pandemia, e por isso algumas medidas de monitoramento instituídas desde o início da pandemia estão mantidas.

2 Principais práticas contábeis

2.1. Aprovação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCP 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidênciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. O encerramento das Demonstrações Contábeis foi autorizado pela Administração da Companhia em 25 de março de 2022. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo: Caixa e equivalente de caixa e Aplicação financeira. A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real (R\$) de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas

Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas. **2.3. Informação por segmento de negócio:** A Companhia possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio. **2.4. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12):** A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o Contrato de Concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato de concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão. **2.5. Reconhecimento de receita:** Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e a receita a mesma puder ser mensurada de forma confiável: **(a) Receitas de serviços:** As receitas provenientes de pedágio e receitas extraordinárias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos usuários e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefício econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(b) Receitas de construção:** A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – contrato de concessão (IFRIC 12). Nos exercícios de 2021 e 2020 não houve reconhecimento de margem de construção, os valores de receita e custo são iguais. **(c) Receita de juros:** A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros previstos durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício, exceto àqueles relacionados a juros provenientes de saldos de empréstimos recebidos e não aplicáveis, que são capitalizados ao ativo em construção até que todas as atividades necessárias ao preparo para uso do ativo qualificável estejam concluídas. **2.7 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A Companhia constitui provisão para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, e faz periodicamente testes de recuperabilidade dos mesmos. **2.8 Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor e incluem os gastos incorridos para levar os itens a sua localização e condição de uso. **2.9 Despesas antecipadas:** São demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos. **2.10 Imobilizado:** Os ativos imobilizados estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Também fazem parte do imobilizado, equipamentos e peças de reposição estocados no almoxarifado que são avaliados ao custo médio de aquisição. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais. **2.11 Intangível:** Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão (Direito de exploração da infraestrutura conforme ICPC 01 IFRIC12 e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis referentes ao direito da concessão são amortizados pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de início da operação do ativo. Os demais itens do ativos intangível, com vida útil definida, são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda do seu valor recuperável. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente. **2.12 Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são classificadas como outras despesas operacionais. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.13 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.14 Tributação:** As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas de Pedágio	Receitas de Acessória	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%	4,00%

Imposto sobre serviço de qualquer natureza ISS 5,00% 5,00% –
A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS. Conforme CPC 47 (IFRS 15), tais encargos são apresentados na linha de receita de serviços, reduzindo o que seria a receita bruta, na demonstração de resultado, juntamente com o ISS. A tributação sobre o lucro do exercício, para as companhias estabelecidas no Brasil, compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), corrente e diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro tributável (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias e foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. **2.15. Benefícios aos empregados:** A Companhia concede benefícios a empregados, incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência. **Planos de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos. A Companhia não concede plano de benefício pós-emprego para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido. **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas a medida que o serviço relacionado seja prestado. **2.16. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. **2.17. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16. O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao: • Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. • Valor justo por meio do resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo. A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa. Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação. **2.18. Custo de empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem

prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. **2.19. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. (a) Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. (b) Estimativas e premissas: *Principais fontes de incertezas nas estimativas:* As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base na experiência da Administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizados, prazo de amortização dos ativos intangíveis e de sua recuperabilidade, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis. Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito do valor contábil dos ativos e passivos, para os quais, os valores não são facilmente obtidos. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dois anos e consideram a plena recuperação dos investimentos no âmbito da realocação da concessão, conforme NE01, e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Impostos:* Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. *Valor justo de instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Participação nos lucros e resultado (“PLR”):* A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. *Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível:* A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. Estas taxas do ativo imobilizado são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos, sendo o ativo intangível limitado ao prazo da concessão. **2.20 Resultado por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo exercício. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas em suas respectivas ações. A Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado por ação. **2.21 Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS7). Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. **2.22 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerida nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.23. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021, conforme segue: (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37) – A partir de 1º. de janeiro de 2022. (b) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16) - A partir de 1º. de janeiro de 2022. (c) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3) - A partir de 1º. de janeiro de 2022. (d) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1) - A partir de 1º. de janeiro de 2023. (e) IFRS 17 Contratos de Seguros - A partir de 1º. de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis. Entretanto, não se espera que essas normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	2.161	3.446
Valor em poder da transportadora de valores	292	913
Aplicações financeiras		
Aplicações BB Fortuna (a)	17.083	7.617
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.536	11.976

(a) As aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis a qualquer momento. Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de rentabilidade média destas aplicações era de 93,74% do CDI (92,75% em 31 de dezembro de 2020).

4 Contas a receber

	2021	2020
AVI (a)	24.235	15.640
Vale pedágio	41	1.339
Ocupação da faixa de domínio (b)	2.898	7.253
	27.174	24.232
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(1.940)	(430)
Total	25.234	23.802

(a) O saldo da rubrica “AVI” é oriundo da utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas. O prazo médio de recebimento é de 24 dias. (b) Os saldos apresentados advêm da prestação de serviços decorrentes de contratos com clientes referentes à ocupação da Faixa de Domínio, conforme previsto no contrato de concessão e autorizado pela ANTT.



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

Em 31 de dezembro de 2021, os vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são os seguintes:

	Total	Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias
2021	27.174	(1.940)	26.384	361	199	89	76	32	41	1.932
2020	23.802	(430)	4.792	18.281	17	43	49	16	16	1.018

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 448 como perda definitiva (R\$ 3.428 em 31 de dezembro de 2020). Houve um incremento dos créditos vencidos e não pagos e dessa forma, a Companhia decidiu constituir PECLD para perdas no montante de R\$ 1.940 no período findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 430 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

5 Impostos, taxas e contribuições

(a) Tributos a recuperar

	2021	2020
PIS e COFINS (b)	2.264	746
ISS a compensar	760	135
Antecipação de imposto de renda e contribuição social (a)	171	37
INSS a recuperar	2.213	4.208
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (b)	39	-
Outros	7	7
Total circulante	5.454	5.133
Circulante	3.376	3.111
Não circulante (c)	2.078	2.022

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras; (b) Créditos decorrentes de pagamentos indevidos e/ou a maior de PIS/COFINS s/receitas acessórias e (c) Créditos decorrentes de pagamentos a maior na Previdência de Agosto a Outubro de 2018.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

Natureza	2021	2020
Juros capitalizados (*)	(33.016)	(33.374)
Margem de construção RTT	(1.310)	(1.369)
Margem de construção (Lei 12.973/14)	(1.742)	(2.844)
Total do passivo fiscal diferido	(36.068)	(37.587)

(*) No período compreendido entre julho de 2016 e fevereiro de 2018, a Companhia tomou dedutibilidade dos juros no momento em que foram incorridos conforme § 3 do art. 145 da IN RFB nº 1.700 de 2017. A Companhia não constituiu IRPJ e CSLL diferidos ativos sobre prejuízo fiscal, base negativa da CSLL e diferenças temporárias, devido à falta de expectativa de geração de base tributável futura, no montante acumulado de R\$480.328 (R\$404.329 saldo em 31 de dezembro de 2020).

(c) Tributos a recolher

	2021	2020
ISS	3.303	1.995
PIS e COFINS	1.383	1.306
INSS sobre terceiros	642	435
IRRF e CSRF	518	290
	5.846	4.026

(d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

	2021	2020
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(150.841)	(380.509)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	51.285	129.373
Adições permanentes	(182)	(80)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(51.103)	(127.478)
Total dos impostos no resultado	1.518	1.815

6 Partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas da Companhia, sejam elas acionistas, empresas ligadas ou profissionais-chaves da Administração são efetuadas a condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da Administração. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Circulante	Resultado Despesas
INVEPAR	Outorga de garantia (a)	Controladora	39.608	(17.837)
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (b)	Controladora	8.829	788
Total			48.437	(17.049)

Parte relacionada	Transação	Relação	Passivo Circulante	Resultado Despesas
INVEPAR	Outorga de garantia (a)	Controladora	21.771	(12.995)
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (b)	Controladora	10.072	(18.276)
Total			31.843	(31.271)

(a) Outorga de garantia: O contrato de Prestação de Serviços de Outorga de Garantia foi firmado entre a Companhia e a Invepar em 15 de dezembro de 2015 para que a controladora constitua garantias (fiança e aval), que deverão cobrir as obrigações pecuniárias decorrentes de dívidas contraídas pela Companhia. O contrato desse aval é realizado com taxa de 2% sobre a dívida. (b) Compartilhamento de despesas: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado. Em 2021 foi deixado de efetuar provisões e cobranças de compartilhamentos de despesas decorrentes dos termos de renovação de prazos dos contratos de financiamentos. **Remuneração da Administração:** A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, está composta como segue: Em 30 de abril de 2021, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a remuneração global anual dos administradores de até R\$ 1.213 para o exercício de 2021.

Composição	2021	2020
Pró-labore	540	405
Rescisão de contrato	114	83
Encargos	131	81
Outros benefícios	167	117
Total	952	686

7 Imobilizado

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	2020	Adições	Baixas	2021
Custo					
Instalações	10	11	-	-	11
Máquinas e equipamentos	10	14.379	151	(3)	14.527
Móveis e utensílios	10	5.615	276	(161)	5.730
Veículos	20	18.355	-	(3.158)	15.197
Equipamentos de informática	20	14.357	418	(4)	14.771
Imobilizado em andamento		2.585	-	-	2.585
		55.302	845	(3.326)	52.821
Depreciação acumulada					
Instalações		(6)	(1)	-	(7)
Máquinas e equipamentos		(9.415)	(1.445)	2	(10.858)
Móveis e utensílios		(2.558)	(556)	94	(3.020)
Veículos		(17.504)	(223)	3.159	(14.568)
Equipamentos de informática		(12.855)	(781)	4	(13.632)
		(42.338)	(3.006)	3.259	(42.085)
Imobilizado líquido		12.964	(2.161)	(68)	10.736

	Taxas anuais médias ponderadas de depre- ciação %	2019	Adições	Baixas	Transfe- rências*	2020
Custo						
Instalações	10	9	2	–	–	11
Máquinas e equipamentos	10	14.052	43	(45)	329	14.379
Móveis e utensílios	10	4.897	481	(135)	372	5.615
Veículos	20	17.959	–	(325)	721	18.355
Equipamentos de informática	20	14.123	754	(520)	–	14.357
Imobilizado em andamento		1.779	1.778	–	(972)	2.585
		52.819	3.058	(1.025)	450	55.302

Depreciação acumulada	(5)	(1)	-	-	(6)
Instalações	(7.997)	(1.452)	34	-	(9.415)
Máquinas e equipamentos	(2.066)	(561)	69	-	(2.558)
Móveis e utensílios	(17.307)	(523)	326	-	(17.504)
Veículos	(11.215)	(1.913)	273	-	(12.855)
Equipamentos de informática	(38.590)	(4.450)	702	-	(42.338)
Imobilizado líquido	14.229	(1.390)	(323)	450	12.964

* O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil.

Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment"): De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, em 31 de dezembro de 2021, comparando o valor contábil com o valor recuperável (NE 8). A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em junho de 2022; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o 32 período até o momento da devolução da concessão; (iii) valor da indenização referente a adesão ao processo de relicitação no valor total dos ativos imobilizados e intangível não amortizados, descontado do excedente tarifário e multas administrativas; (iv) projeções de mercado em relação às taxas inflacionárias (IPCA); (v) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital - WACC) para descontar o fluxo operacional da concessionária até a devolução; (vi) taxa de desconto livre de risco equivalente à NTN-B-2024 para descontar o fluxo de caixa referente ao recebimento da indenização. As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC médio nominal antes do IR e CSLL de 9,90% a.a.; taxa média de inflação (IPCA) de 3,00% sobre o período 2021 a 2025; e valor de indenização correspondente ao valor do saldo de investimento projetado e não amortizado, descontado do excedente tarifário e multas administrativas. **Ativos cedidos em garantia:** A Companhia não possui ativos dados em garantia.

8 Intangível

	Prazo de vida útil	2020	Adições	Transferências (a)	2021
Custo	5 anos	8.509	-	-	8.509
Software	(c)	1.228.917	1.396	5.740	1.236.054
Direito de concessão					
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	671
Intangível em construção		6.446	5.816	(5.740)	6.522
		1.244.543	7.212	-	1.251.756
Amortização acumulada					
Software		(8.058)	(451)	-	(8.509)
Direito de concessão		(262.997)	(72.806)	-	(335.803)
		(271.055)	(73.257)	-	(344.312)
Intangível líquido		973.488	(66.044)	-	907.444

Empresas	2019	Captação	Principal	Juros (i)	Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (ii)	Transferência	2020
Passivo circulante									
ITAÚ	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BANCO DO BRASIL	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BRADESCO	-	-	-	-	1.396	-	-	-	1.396
BDMG	-	-	-	-	1.226	-	-	-	1.226
BNDES - PONTE	46.418	-	(893.562)	(26.306)	45.338	-	-	828.112	-
BNDES - FINAME	1.281	-	(1.288)	(289)	308	-	-	1.266	1.278
Custos a amortizar	(3.557)	-	-	-	-	97.748	(24.981)	(69.208)	-
	44.142	-	(894.850)	(26.595)	51.060	97.748	(24.981)	760.170	6.692
Passivo não circulante									
ITAÚ	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BANCO DO BRASIL	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BRADESCO	-	231.686	-	-	-	-	-	-	231.686
BDMG	-	199.946	-	-	-	-	-	-	199.946
BNDES - PONTE	828.112	-	-	-	-	-	-	(828.112)	-
BNDES - FINAME	4.658	-	-	-	-	-	-	(1.266)	3.392
Custos a amortizar	(69.208)	-	-	-	-	-	-	69.208	-
	763.562	895.004	-	-	-	-	-	(760.170)	898.396
Total dívida	807.704	895.004	(894.850)	(26.595)	51.060	97.748	(24.981)	-	905.088

(i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento. (ii) Custos incorridos necessários para alteração da dívida. **BNDES - Ponte:** O referido empréstimo foi quitado em 15 de outubro de 2020 pelo saldo de R\$ 888.361 com recursos dos bancos fiadores. Assim, a partir dessa data, a Via 040 passou a dever esse montante diretamente para Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. e Itaú Unibanco S.A. Sobre o principal da dívida incidem juros de CDI mais 1,0% a.a. que devem ser pagos trimestralmente. O principal deve ser pago na data de vencimento do financiamento, 14 de outubro de 2022. **BNDES - Finame:** Os recursos captados junto ao Banco do Brasil são oriundos dos repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME integrante do Sistema BNDES e foram utilizados pela Companhia para adquirir parte da sua frota de veículos. Os veículos financiados estão alienados à instituição financeira intermediária destes financiamentos, constituindo-se assim como garantia quanto a não quitação, por parte da Companhia, da dívida contraída. Após o período de carência de 6 meses estão sendo pagos em 114 prestações mensais e sucessivas. Este financiamento sofre incidência de juros à taxa efetiva de 6,00% ao ano, calculados por dias corridos, debitados e exigidos trimestralmente no período de carência, sempre no dia 15 de cada mês e mensalmente no período de amortização. Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 31 de dezembro de 2021, todas às cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas. Segue abaixo o detalhamento dos contratos:

	Prazo de vida útil	2019	Adições	Baixas/ Impairment	Transfere- rências (a)	31/12/2020
Custo	5 anos	8.509	-	-	-	8.509
Software	(c)	1.346.869	-	(271.730)	153.778	1.228.917
Direito de concessão						
Adiantamento a fornecedores		671	-	-	-	671
Intangível em construção		42.328	118.346	-	(154.228)	6.446
		1.398.377	118.346	(271.730)	(450)	1.244.543
Amortização acumulada						
Software		(6.939)	(1.119)	-	-	(8.058)
Direito de concessão		(192.401)	(70.596)	-	-	(262.997)
		(199.340)	(71.715)	-	-	(271.055)
Intangível líquido		1.199.037	46.631	(271.730)	(450)	973.488

(a) O saldo refere-se a itens transferidos do intangível para o imobilizado para melhor classificação contábil. (b) Reconhecimento de *Impairment* no montante de R\$ 271.730 em 31 de dezembro de 2020. (c) Prazo remanescente da concessão, contados a partir da data de conclusão do ativo até a data limite de 22 de abril de 2044, data fim de assunção do sistema rodoviário, conforme mencionado na Nota explicativa nº 1.a). A amortização é efetuada pelo método linear de acordo com o prazo de concessão. **Redução ao valor recuperável do ativo ("Impairment"):** De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração da Companhia efetuou teste de recuperabilidade dos seus ativos, em 31 de dezembro de 2021, comparando o valor contábil com o valor recuperável, tendo como premissa-chave a base tributável até o fim da Concessão, além da sua capacidade de realização do seus diferidos. A avaliação ao valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) devolução da concessão ao Poder Concedente em agosto de 2023; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período até o momento da devolução da concessão. Em 31 de dezembro de 2020 foi reconhecimento *impairment* no montante de R\$ 271.730. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicativos de *impairment* adicional. **Ativos cedidos em garantia:** A Companhia não possui ativos dados em garantia.

9. FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores nacionais	48.780	38.568
Retenções contratuais	5.510	5.086
Verba de fiscalização (ANTT)	1.263	4.026
Circulante	55.553	47.680
Passivo circulante	55.553	44.875
Passivo não circulante	-	2.805

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Objeto	Moeda	Encargos	Vencimento	2021	2020
ITAÚ	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	243.906	233.082
BANCO DO BRASIL	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	243.906	233.082
BRADESCO	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	243.906	233.082
BDMG	Reais	CDI + 1% a.a.	out/22(*)	210.500	201.173
BNDES - FINAME	Reais	6% a.a.	ago/24 a out/24	3.322	4.669
Total				945.540	905.088
Passivo circulante				943.360	6.692
Passivo não circulante				2.180	898.396

(*) O vencimento esta em negociação junto aos Bancos detentores da dívida, após a assinatura do Aditivo de Contrato de Concessão que foi prorrogado por mais 18 meses. Os vencimentos de outubro de 2022 sofreriam alteração para abril de 2023.

	2020	Principal	Juros (i)	Provisão de juros	Transferência	2021
Passivo circulante						
ITAÚ	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BANCO DO BRASIL	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BRADESCO	1.396	-	(9.482)	12.257	239.735	243.906
BDMG	1.226	-	(8.183)	10.563	206.892	210.498
BNDES - FINAME	1.278	(1.343)	(234)	231	1.282	1.214
	6.692	(1.343)	(36.863)	47.565	927.379	943.430
Passivo não circulante						
ITAÚ	231.686	-	8.049	-	239.735	-
BANCO DO BRASIL	231.686	-	8.049	-	239.735	-
BRADESCO	231.686	-	8.049	-	239.735	-
BDMG	199.946	-	6.946	-	206.892	-
BNDES - FINAME	3.392	-	-	-	(1.282)	2.110
	898.396	-	31.093	-	(927.379)	2.110
Total dívida	905.088	(1.343)	78.658	47.565	-	945.540

(i) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento da construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades operacionais.

(i)	Provisão de juros	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido (ii)	Transferência	2020
-	1.396	-	-	-	1.396
-	1.396	-	-	-	1.396
-	1.396	-	-	-	1.396
-	1.226	-	-	-	1.226
(3.06)	45.338	-	-	828.112	-
(289)	308	-	-	1.266	1.278
-	-	97.748	(24.981)	(69.208)	-
(595)	51.060	97.748	(24.981)	760.170	6.692
-	-	-	-	-	231.686
-	-	-	-	-	231.686
-	-	-	-	-	231.686
-	-	-	-	-	199.946
-	-	-	-	(828.112)	-
-	-	-	-	(1.266)	3.392
-	-	-	-	69.208	-
-	-	-	-	(760.170)	898.396
(595)	51.060	97.748	(24.981)	-	905.088
Modalidade	Número do contrato	Data de liberação	Valor do contrato	Vencimento	
FINAME	40/00992-0	24/11/14	878	15/10/2024	
FINAME	40/00990-4	27/11/14	527	15/08/2024	
FINAME	40/00982-3	17/11/14	896	15/08/2024	
FINAME	40/00984-X	17/11/14	2.623	15/08/2024	
FINAME	40/00989-0	17/11/14	1.041	15/08/2024	
FINAME	40/00988-0	17/11/14	1.875	15/08/2024	
FINAME	40/00981-5	19/12/14	385	15/08/2024	
FINAME	40/00986-6	18/11/14	166	15/08/2024	
FINAME	40/00983-1	15/12/14	3.635	15/08/2024	
			12.026		



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

11. Provisão para Riscos Processuais

A Companhia, em 31 de dezembro de 2021 é ré em processos de natureza cível e trabalhista sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como prováveis ou possíveis as probabilidades de perda, para os quais foram constituídas provisões ou foram efetuadas as respectivas divulgações nesta Nota explicativa. **(a) Riscos cíveis:** As demandas que envolvem a Companhia são, em sua maioria, propostas por usuários do Sistema Rodoviário que pleiteiam compensação por prejuízos decorrentes de falhas na prestação dos serviços de manutenção, conserva ou operação da rodovia. O contencioso cível também envolve demandas decorrentes de conflitos nas relações contratuais estabelecidas com os fornecedores da Companhia. Nestas, são usuais pedidos de aplicação de penalidades contratuais e/ou indenizações por prejuízos eventualmente apurados. **(b) Riscos trabalhistas:** A Companhia é ré em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. **(c) Riscos regulatórios:** A Companhia é parte em processos administrativos relacionados a questões regulatórias advindos do curso normal de suas operações. Esses processos iniciaram a partir de 2016 e encontram-se em andamento no âmbito administrativo, no qual a Companhia já apresentou as defesas e recursos. Movimentação da provisões para contingências prováveis:

Natureza do risco	2020	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2021
Trabalhistas	2.471	1.592	(1.168)	265	3.160
Cíveis	1.612	1.070	(679)	334	2.337
Regulatórios (*)	119.872	-	(77.932)	-	41.940
Total	123.955	2.662	(79.779)	599	47.437

Natureza do risco	2019	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	2020
Trabalhistas	2.741	1.436	(1.931)	225	2.471
Cíveis	651	1.025	(308)	244	1.612
Regulatórios (*)	148.577	-	(28.705)	-	119.872
Total	151.969	2.461	(30.944)	469	123.955

Riscos possíveis: A Companhia é ré em processos de natureza cível, tributária e trabalhista, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Os prognósticos são atualizados conforme o andamento do processo e estudos dos assessores jurídicos da Companhia frente aos acontecimentos jurídicos do período. As causas cíveis envolvem, principalmente, processos de danos materiais e pensãoamento, já as causas trabalhistas têm em sua maioria processos referentes às horas extras, danos morais e pensão. Segue:

Natureza do risco	2021	2020
Trabalhistas	16.558	10.096
Cíveis	33.749	29.000
Tributária	562	571
Regulatórios*	615.408	494.923
Outros**	1.392	1.248
Total	667.669	535.838

(*) Variações decorrentes de reavaliações dos processos regulatórios e de acréscimos contratuais/legais, conforme análise realizada pelos departamentos internos da Companhia subsidiada pelos advogados externos. (**) O risco "outros" refere-se à matéria ambiental. **Procedimento arbitral com a OAS - Contingência ativa:** Em 30 de maio de 2014, foi celebrado entre a VIA040 e a parte relacionada Construtora OAS S.A., o contrato de empreitada para execução de obras civis no sistema rodoviário BR-040, envolvendo a ampliação da capacidade, implantação de melhorias, trabalhos iniciais, recuperação de obras de artes especiais, recuperação de terraplenos e de estruturas de contenção, por preço global. Os trabalhos iniciais, somente no item pavimento e de recuperação estrutural do pavimento, em preço unitário. Em 16 de setembro de 2015, a VIA040 notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de rescindir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual. Em 17 de dezembro de 2015, a VIA040 e a Construtora OAS S.A. firmaram termo de Transação que previu a quitação dos pleitos apresentados pela construtora mediante o pagamento de R\$ 34.292, em favor da Construtora OAS S.A., sendo o saldo de R\$ 1.138 condicionado à execução da integralidade dos serviços de reparo dos defeitos listados no Anexo I ao referido termo. Diante disso, foi proferida, em 08 de outubro de 2019, a Ordem Processual nº 17 determinando a realização dos ensaios de campo, bem como determinando que os custos sejam arcados integralmente pela VIA040, já que ela é que entendeu ser necessária tal prova. Determinou, ainda, que a VIA040 pagasse o valor até o dia 15 de outubro, que os ensaios fossem entregues até 10 de novembro e o laudo até 10 de dezembro, devendo as partes se manifestarem a respeito de toda esta documentação até 07 de fevereiro de 2020. Como o perito informou a impossibilidade de entregar o material dentro do prazo estipulado pelo Tribunal, os árbitros cancelaram os prazos anteriormente estabelecidos e determinaram que se aguardasse a entrega deste material para ulterior deliberação. Em 20 de setembro de 2021, as partes receberam a Ordem Processual nº 25 que, suspendendo o prazo para prolação de sentença, determinou que a OAS até 27 setembro de 2021 se manifestasse sobre as nossas alegações a respeito dos custos por ela incorridos na arbitragem e que a VIA040 sobre isso se manifestasse até o dia 4 de outubro de 2021, o que também foi cumprido por ambas as partes. Foi proferida Sentença Arbitral, em 04 de outubro de 2021, que acolheu parcialmente os pedidos da Via 040 e considerou que a Concessionária faz jus à indenização de R\$ 3,335 milhões (valor histórico), condenando, ainda, a OAS à obrigação de refazer as obras da Praça de Pedágio 7. A título de sucumbência, a Via 040 deverá pagar a quantia de R\$ 197.493,89 decorrente dos custos com a arbitragem e R\$ 930 mil de honorários advocatícios. Em 19 de novembro de 2021, as partes apresentaram Pedidos de Esclarecimentos. Em 08 de dezembro de 2021, as partes responderam aos Pedidos de Esclarecimentos da ex adversa. Em 21 de dezembro de 2021, a Via 040 se manifestou sobre a resposta da OAS, tendo sido proferida decisão em 05 de janeiro de 2022 que manteve os termos da Sentença.

12. Patrimônio líquido

Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito da Companhia é de R\$1.029.899, representados por 1.658.504.281 ações ordinárias, sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar (31 de dezembro de 2020 é de R\$ 1.013.899, representados por 1.458.341.009 ações ordinárias). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 75.000 como adiantamento para futuro aumento de capital.

13. Receitas por natureza

A Companhia apresentou suas receitas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2021	2020
Receita bruta de pedágio	414.915	372.227
Receita extraordinária	9.359	9.736
Impostos, deduções e cancelamentos	(34.816)	(31.400)
Receita de serviços	389.458	350.563
Receita de construção	6.806	118.300
Receita total	396.264	468.863

Existem diferenças entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins fiscais. A diferença deve-se basicamente: (i) Receita de construção e o custo de construção, proveniente da aplicação da ICPC 01 (R1) - Contrato de Concessão (IFRIC 12), serão tributados no momento da realização do intangível.

14. Custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou seus custos e despesas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	2021	2020
Conservação e manutenção	(253.699)	(84.894)
Depreciação e amortização	(76.260)	(76.164)
Pessoal	(57.059)	(64.180)
Despesas administrativas	(12.793)	(11.396)
Materiais de consumo	(82.981)	(25.121)
Serviços de terceiros	(20.687)	(23.104)
Energia elétrica	(2.702)	(2.448)
Aluguéis	(579)	(801)
Impostos e taxas	(15.066)	(14.321)
Veículos	(6.480)	(5.518)
Seguros e Garantias	(3.982)	(5.545)
Custo de construção	(6.806)	(118.300)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(2.036)	(430)
Reversão (provisão) para riscos²	76.962	27.322
Provisão de manutenção (*)	-	10.457
Provisão para redução ao valor recuperável	-	(271.730)
Outras receitas operacionais	15.072	4.795
	(449.096)	(661.424)

Custo de serviços prestados (505.650) (263.959)
Despesas gerais e administrativas (28.674) (118.300)
Custo de construção (6.806) 27.322
Reversão (provisão) para riscos² 76.962 (39.552)
Outras receitas (despesas) operacionais 15.072 (266.934)
(449.096) (661.424)

* Provisão de manutenção baixada decorrente do novo Termo Aditivo (vide Nota explicativa nº 20).

15. Resultado financeiro

Receitas financeiras

	2021	2020
Variação monetária ativa	1.197	1.478
Juros sobre aplicações financeiras	913	164
Descontos obtidos	-	39
Total receitas financeiras	2.110	1.681

Despesas financeiras

	2021	2020
Comissões e despesas bancárias	(47.748)	(56.700)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.017)	(114.882)
Variação monetária passiva	(590)	(492)
Contrato de serviço de outorga de garantia	(17.837)	(17.555)
Outros	(1.927)	-
Total despesas financeiras	(100.119)	(189.629)
Total resultado financeiro	(98.009)	(187.948)

16. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 31 de dezembro de 2021 e de 2020. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações que mantêm disponíveis durante o período. A Companhia não possui instrumentos diluidores. Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	2021	2020
Numerador básico e diluído		
Resultado do período atribuível aos acionistas	(149.323)	(378.693)
Denominador básico		
Média ponderada das ações (em milhares)	1.528.011	1.226.267
Resultado do exercício básico por ação (R\$)	(0,097)	(0,309)

17. Seguros (Não auditado)

A Companhia mantém seguro garantia ao setor público, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de engenharia, conforme obrigação contratual constante em seu Contrato de Concessão, e outros relacionados aos seus ativos operacionais e administrativos, considerado suficientes por sua administração para cobrir os riscos envolvidos.

Modalidade	Limite Máximo de indenização	Vigência Início	Vigência Fim	Seguradora
Garantia ao poder concedente (a)	343.466	20/03/2021	20/03/2022	Potential
Responsabilidade civil geral (b)	30.000	01/08/2021	01/08/2022	Tókió Marine
Riscos operacionais (c)	280.000	01/08/2021	01/08/2022	Tókió Marine
Veículos	Tabela FIPE	24/08/2021	24/08/2022	Porto Seguro
Fiança locatícia	910.305	01/03/2021	01/03/2022	Potential
Fiança locatícia	324.000	29/08/2021	30/04/2023	Potential

(a) Seguro garantia, conforme previsto no item 12 do Contrato de Concessão firmado entre a Companhia e o Poder Concedente, que deverá ser mantido, a favor da ANTT, até o fiel cumprimento das obrigações contratuais previstas no Programa de Exploração da Rodovia "PER". (b) Cobertura de responsabilidade civil cobrindo a Concessionária e o Poder Concedente, bem como seus administradores, empregados, funcionários, prepostos ou delegados, pelos montantes em que possam ser responsabilizados a título de danos materiais, pessoais e morais, decorrentes das atividades abrangidas pela Concessão. (c) Cobertura de perda ou dano decorrente de riscos de danos morais e lucros cessantes inerentes à operação da Companhia. O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos, obrigações com empregados, parte relacionada e fornecedores.

	2021	2020
Valor justo	19.536	11.976
Custo amortizado	25.234	23.802
Total do ativo	19.536	11.976
Passivos		
Fornecedores	55.553	47.680
Partes relacionadas	48.437	31.843
Empréstimos e financiamentos	945.540	905.089
Obrigações com empregados e administradores	12.977	6.475
Total do passivo	1.062.507	991.087

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos: **(a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado.** Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: **• Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras.** Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos. **• Contas a receber.** O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. A necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. **(b) Exposição a riscos de taxas de juros.** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Os passivos financeiros da Companhia estão vinculados à variação da TJLP. **(c) Concentração de risco de crédito.** Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia tem como política manter as contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. **(d) Risco de liquidez.** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo em uma continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais e arrendamentos. **2021** Até 1 ano 943.430 1 a 5 anos 2.110 Total 945.540 Fornecedores 55.553 - 55.553 Dado o processo de relicitação, conforme citado na Nota explicativa nº 1, caberá à companhia indenização pelos investimentos realizados e não amortizados, ao final deste processo. O valor de indenização calculado pelo poder concedente pode diferir daqueles previstos pela Companhia o que poderá levar a uma disputa jurídica entre as partes e que definirá o valor

final da indenização. **(e) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros.** A Companhia está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos. No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. As taxas consideradas foram:

	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
DI Ativo (% ao ano)	8,45%	6,34%	4,23%
DI Passivo (% ao ano)	8,45%	10,56%	12,68%

Os indicadores utilizados para 2021 foram obtidos das projeções do Bacen, com exceção da TJLP e TR, que foram utilizadas a média dos três maiores bancos privados de acordo com o ranking do Banco Central. Em 31 de dezembro de 2021, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo: **(e.1) Ativo financeiro**

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Resultado Cenário B
Compromissadas com lastro em debêntures	DI	17.083	1.443	1.083	722

(e.2) Passivo financeiro

Operação	Risco/ indexador	Base	Cenário provável	Cenário A	Resultado Cenário B
Empréstimo	DI	945.540	79.898	99.873	119.847

(f) Gestão do capital. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	2020	2021
Empréstimos, financiamentos	945.540	905.089
Caixa e equivalentes de caixa	(19.536)	(11.976)
Dívida líquida	926.014	893.113
(Patrimônio líquido) passivo a descoberto	174.895	(116.572)
Patrimônio líquido e dívida líquida	1.100.899	776.541

(g) Hierarquia do valor justo. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Mensurados a valor justo

Ativos financeiros	2021	Nível 2
Equivalentes de caixa	19.536	19.536
Total	19.536	19.536
Empréstimos e financiamentos	945.540	945.540
Total	945.540	945.540

Mensurados a valor justo

Ativos financeiros	2020	Nível 2
Equivalentes de caixa	11.976	11.976
Total	11.976	11.976
Empréstimos e financiamentos	905.088	905.088
Total	905.088	905.088

19. Transações não caixa

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	2021	2020
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	3.121	5.231
Financiamento ainda não liquidados financeiramente	-	895.004

20. Compromissos e responsabilidades

A partir da assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, a VIA040 deverá manter em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato, no valor de R\$ 225.000 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais), a preços de novembro de 2012, reajustado pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Durante o período de vigência deste Termo Aditivo, a Concessionária deverá prestar os serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração da rodovia e executar os investimentos essenciais (Passarela km 4,1/GO; Passarela 532,7/MG; Passarela km 509,2/MG). Ficam suspensas as obrigações de investimentos constantes do Contrato de Concessão Originário (contrato celebrado entre a ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, como decorrência do Edital nº 006/2013) não previstas no Programa de Exploração de Rodovias – (PER) do Termo Aditivo. As obras emergenciais, conjunto de obras e serviços emergenciais necessários para restaurar as condições de tráfego e de segurança afetadas por qualquer evento que gere ou possa gerar impacto no Sistema Rodoviário, deverão ser executadas pela Concessionária imediatamente após a ocorrência do evento que as motivou, durante todo o prazo de vigência do termo aditivo. Considera-se emergencial, entre outros, a existência de erosões ou material de escorregamento a menos de 4 m das faixas de rolamento. O PER conta com 4 frentes de concessão, cujo escopo encontra-se assim definido:

2 - Frente de investimentos	3 - Frente de conservação	4 - Frente de serviços operacionais
• Pavimento	• Obras de Melhorias - Elementos de Proteção e Segurança	• Centro de Controle Operacional
• Sinalização e Elementos de Proteção e Segurança	• Obras de Arte Especiais	• Equipamentos e Veículos da Administração
• Sistema de Drenagem e OAC	• Obras emergenciais	• Sistema de Controle de Tráfego
• Terraplenos e Estruturas de Contenção	• Sistema de Drenagem e OAC	• Sistema de Atendimento ao Usuário
• Canteiro Central e Faixa de Domínio	• Terraplenos e Estruturas de Contenção	• Sistema de Pedágio e Controle de Arrecadação
• Implantação e Recuperação das Edificações e Instalações Operacionais	• Canteiro Central e Faixa de Domínio	• Sistema de Comunicação
• Sistemas Elétricos e de Iluminação	• Edificações e Instalações Operacionais	• Sistema de Pesagem
	• Sistemas Elétricos e de Iluminação	• Sistema de Guarda e Vigilância Patrimonial
		• Veículos de Fiscalização da ANTT
		• Posto da Polícia Rodoviária Federal

As verbas relativas aos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (cláusula 16 do Contrato de Concessão Originário) e Segurança no Trânsito (cláusula 15.10 do Contrato de Concessão Originário) ficam sobrestadas até o final da vigência do presente Termo Aditivo, permanecendo a verba de fiscalização. O PER prevê período de vigência o prazo disciplinado pelo 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013, ou seja, 24 meses contados da publicação do Decreto nº 10.248/2020, do dia 18 de fevereiro de 2020.

21. Provisão ambiental

A Companhia reconhece provisão referente à obrigação de reposição de supressão vegetal, a ser realizada, na mesma proporção do andamento da obra para a qual foi obtido o Licenciamento Ambiental pertinente. Estas provisões são determinadas com base na melhor estimativa durante o período pelo qual a Companhia espera realizar os dispêndios a ela inferidos quando da obtenção do mesmo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante registrado pela Companhia foi de R\$ 2.506 (R\$ 2.135 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com o cronograma estabelecido junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), a Companhia iniciou o dispêndio dos recursos relacionados ao projeto em fevereiro de 2016 com a conclusão prevista para o ano de 2022.

22. Contrato de concessão

O objeto do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Edital nº 006/2013 estabelece as condições de prestação dos serviços de manutenção, conservação, operação e monitoração, e da execução dos investimentos essenciais contemplados no Contrato de Concessão Originário (contrato celebrado entre a ANTT e a Concessionária em 12 de março de 2014, como decorrência do Edital nº 006/2013), conforme descrito na nota explicativa 19, assim como as responsabilidades durante o período de transição e na transferência da concessão,



Concessionária BR 040 S.A.

CNPJ 19.726.048/0001-00

a serem observadas durante a vigência deste Termo Aditivo, a fim de garantir a continuidade e a segurança dos serviços essenciais relacionados ao empreendimento. O referido Termo Aditivo possui prazo de duração de 24 meses contados a partir da publicação do Decreto nº 10.248/2020, ocorrida em 18/02/2020. O prazo de vigência deste Termo Aditivo poderá ser prorrogado, justificadamente, mediante deliberação do CPPI e anuência expressa da Concessionária. Como parte do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão a Companhia assumiu os compromissos e responsabilidades descritos na Nota explicativa nº19. Durante a vigência do Termo Aditivo, a Concessionária deverá elaborar Relatórios de Transição (Inicial, Intermediário e Final) contendo o resultado das monitorações periódicas realizadas na rodovia e inventário com a lista de bens reversíveis e seu estado. Os bens mencionados nos Relatórios de Transição serão transferidos ao futuro contratado ou provisoriamente ao Poder Concedente, mediante a assinatura de Termo de Arrolamento e Transferência de Bens, com a interveniência da ANTT. O valor da Tarifa de Pedágio a ser praticado pela Concessionária durante a vigência do termo aditivo será de R\$ 5,30, fixada pela ANTT no âmbito da 2ª Revisão Ordinária e 4ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão originário. A tarifa de pedágio será reajustada anualmente, a partir da data de celebração do termo aditivo, para incorporar

a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A Tarifa Calculada considerando a suspensão das obrigações de investimentos não essenciais, que servirá de base para o cálculo do excedente tarifário, é de R\$ 2,53803, com data-base de abril/2020. O valor excedente de receita tarifária auferido pela Concessionária durante a vigência do Termo Aditivo, obtido a partir da diferença entre as tarifas R\$ 5,30 e R\$ 2,53803, será reajustado, a partir da data de celebração do Termo Aditivo até o pagamento da indenização, para incorporar a variação do IPCA e a taxa de desconto do fluxo de caixa marginal, e será descontado do valor da indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados. Caso o valor excedente da receita tarifária seja superior a indenização de bens reversíveis não amortizados ou depreciados, a diferença deverá ser revertida ao Poder Concedente.

23. Contrato de construção

A receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços é contabilizada seguindo estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1). No período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 6.806 como receita de construção (R\$ 118.300 em 31 de dezembro de 2020). O estágio de conclusão da obra é determinado com base no avanço de

obra, apurado através dos boletins de medição do serviço prestado pela construtora, em comparação com os custos de construção orçados. O custo total incorrido da construção da infraestrutura até 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 6.806 (R\$ 118.300 em 31 de dezembro de 2020), incluindo R\$ 679 (R\$ 671 em 31 de dezembro de 2020) referentes a adiantamento concedido a fornecedores.

24. Eventos subsequentes

Em 17 de fevereiro de 2022, a Concessionária BR040 assinou o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Originário pelo prazo de 18 meses a contar de 19 de fevereiro de 2022, onde o vencimento da concessão passa a ser até 18 de Agosto de 2023, conforme a cláusula segunda do respectivo termo aditivo. Na cláusula terceira o valor da tarifa de pedágio a ser praticada deste novo termo aditivo será de R\$5,80 (cinco reais e oitenta centavos) fixada pela ANTT no âmbito de reajuste sobre a tarifa do 1º termo aditivo do Contrato de Concessão Originário para fins de cálculo da tarifa.

Marcus Vinícius Figur da Rosa Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores	Adriana Batira Fernandes Contadora - CRC 1SP218098/O-5
--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária BR 040 - S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária BR 040 – S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária BR 040 – S.A. (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1, às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, que indicam que a Companhia (i) incorreu em prejuízo de R\$ 149.323.000 (ii) apresentou passivo a descoberto de R\$ 249.895.000 e (iii) conforme balanço patrimonial naquela data, o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 966.059.000. Chamamos a atenção para o assunto mencionado na nota explicativa nº 1, em que a Companhia descreve que em 20 de novembro de 2020 foi assinado termo aditivo ao processo de relicitação que estabelece, dentre outras matérias, suspensão temporárias das obrigações de investimentos originais ao contrato de concessão, condições para prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação e monitoramento a serem mantidos pela Companhia até a conclusão do processo de relicitação. Dessa forma, esses eventos e condições, juntamente com outros assuntos descritos nessa nota, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade operacional da Companhia.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois coloca em dúvida a capacidade operacional da Companhia.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura de documentos emitidos pelos assessores jurídicos da Companhia com o andamento do processo de relicitação. Obtenção do plano de negócios da Companhia e indagação aos Administradores com relação ao plano operacional até a data prevista para relicitação.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação da continuidade operacional e quanto ao processo de relicitação e potenciais impactos no contexto dos impactos das demonstrações contábeis, e divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a receita de prestação de serviços é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

Adicionalmente, a receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços de acordo com Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente (IFRS 15).

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de serviços representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações contábeis da Companhia; e (ii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios mínimos necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros:

(i) obtenção de entendimento sobre o fluxo de prestação de serviços;

(ii) a identificação das atividades de controles internos relevantes determinados pela Administração e a avaliação do desenho, da implementação e do teste de efetividade, quando aplicável, dessas atividades de controles;

(iii) o envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação para a realização de testes específicos relacionados a validação mensal do cálculo sistemático da receita tarifária. (recálculo mensal da receita, tarifa x n° de veículos pagantes).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento de receita de serviços, assim como divulgações em notas explicativas, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações contábeis, mencionadas no primeiro parágrafo, apresentadas para fins de comparação referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 25 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo de ênfase sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2022

Mazars Auditores Independentes

CRC 2SP023701/O-8 “F” RJ

Cleber de Araujo

Contador CRC 1SP213655/O-8

mazars

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9747-2B5B-85E7-8B32> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9747-2B5B-85E7-8B32



Hash do Documento

EB1881065E21971066CDE44ED8B32A7B7958EDB32F44EFA6855BD6095FDB0BE4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2022 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 28/03/2022 21:52 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

